



**Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Administração
Campus VII – Patos - Paraíba**

MAIZA GISELE PEREIRA SILVA

**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: um estudo da Associação de Catadores de
Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS) - RN**

**Patos-PB
2022**

MAIZA GISELE PEREIRA SILVA

**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: um estudo da Associação de Catadores de
Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS) - RN**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do Grau de Bacharela em Administração.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª Aretuza Candeia de Melo

**Patos-PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586g Silva, Maiza Gisele Pereira.
Gestão de resíduos sólidos [manuscrito] : um estudo da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS) - RN / Maiza Gisele Pereira Silva. - 2022.
53 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo ,
Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Gestão pública. 2. Gestão resíduos sólidos. 3. Política nacional de resíduos sólidos. I. Título

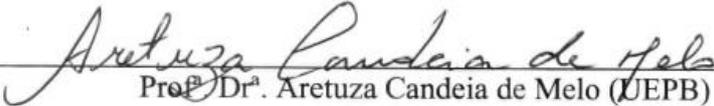
21. ed. CDD 363.728 5

MAIZA GISELE PEREIRA SILVA

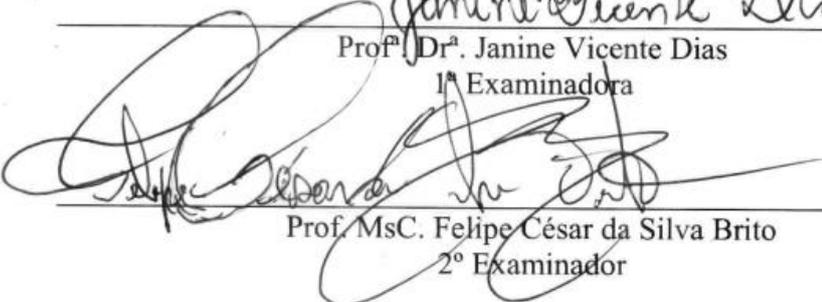
**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: um estudo da Associação de Catadores de
Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS) - RN**

Aprovada em 18 de novembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a. Aretuza Candeia de Melo (UEPB)
Orientador


Prof.^a Dr.^a. Janine Vicente Dias
1.^a Examinadora


Prof. MsC. Felipe César da Silva Brito
2.^o Examinador

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram a percorrer este caminho, a todas as amigas que encontrei, agradeço de coração e sempre estarão nas minhas lembranças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a *Deus* esta oportunidade e por todas as bênçãos recebidas e amparo para enfrentar as dificuldades e desafios que foram superados com fé e perseverança durante meus estudos.

Aos meus pais, *Maria de Fátima* e *Givanaldo*, por todos os conselhos, ajuda e carinho; e ao meu irmão *Mailson* e meu primo *Ariel* por toda amizade.

À minha tia *Maria de Lourdes (Duda)*, por sempre me apoiar e incentivar.

À minha Avó *Tereza (Terezinha)* que sempre me cuida e aconselha.

Aos meus colegas de Curso de Administração, especialmente, a *Rosilene*, *Lilianny*, *Fabiano*, *Rodrigo*, *Antonio Neto* e *Clarisse*, pela amizade que construímos e que fizeram dos estudos uma experiência divertida.

A minha orientadora Prof^a Dr^a *Aretuza Candeia de Melo*, por ser uma luz e me guiar na construção deste trabalho, com paciência, compreensão e dedicação.

A todos os *professores do curso*, pelas orientações, conselhos, conhecimentos e histórias compartilhadas.

A *Universidade Estadual da Paraíba – UEPB*, por ter me proporcionado uma experiência acadêmica enriquecedora.

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

(MADRE TERESA DE CALCUTÁ)

RESUMO

A velocidade do processo de urbanização vem proporcionando um quadro de evidência estatística que retrata a insuficiente oferta por parte da gestão pública municipal e uma crescente pressão por infraestrutura mais adequada, deste a coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos (RS), que é considerado o maior problema socioambiental do mundo. O tema versa sobre “GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: um estudo da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS) - RN”. Este teve como objetivo estudar o processo de gestão pública dos resíduos sólidos e a atuação da Associação de Catadores Materiais Recicláveis de Santana do Seridó – ACLRSS, sobre a perspectiva organizacional e socioambiental, que permeiam como agentes ambientais. A metodologia empregada foi à qualitativa amparada pela técnica exploratória. Para obter as informações foi elaborado um questionário e aplicado ao funcionário responsável pelo setor da pasta referente à gestão pública tais como: limpeza urbana, coleta, tratamento e o destino final dos RS, bem como, uma entrevista realizada com o Presidente da ACLRSS, a fim de avaliar o papel da associação diante de um processo sob a configuração socioeconômica dos catadores / associados. Os resultados e a discussão demonstram com clareza o panorama da gestão urbana diante do sistema de limpeza urbana e o gerenciamento dos RS no município, que são bastante preocupantes. Conclui-se que, é por meio das ações do poder público de forma eficiente e objetiva traçada pelo Plano de Gestão Municipal (PGM), que o município pode exercer seu papel de gestor de modo eficaz, com parcerias entre a comunidade da ACLRSS, projetados para lograrem o reconhecimento de uma política pública eficaz e de inclusão social.

Palavras-chave: Gestão pública. Gestão resíduos sólidos. Política nacional de resíduos sólidos.

ABSTRACT

The speed of the urban management process, which has been providing an adequate data collection framework, has been providing an insufficient supply by municipal management and a growing public pressure to collect solid waste (RS), which is considered the biggest socio-environmental problem in the world. The theme is about "SOLID WASTE MANAGEMENT: a study by the Association of Recyclable and Reusable Materials Collectors of Santana do Seridó (ACLRSS) - RN". This study aimed to study the process of public management of solid waste and the performance of the Association of Recyclable Materials Collectors of Santana do Seridó - ACLRSS, from an organizational and socio-environmental perspective, which permeate as environmental agents. The methodology used was qualitative supported by the exploratory technique. In order to obtain public information, it was prepared as to obtain the information, a questionnaire was prepared and applied to the employee responsible for the sector of the portfolio related to public management such as: urban cleaning, collection, treatment final of RS, as well as an interview with the President of ACLRSS to evaluate the role of the association of a process under the socioeconomic configuration of the collectors/associates. The results and the discussion in question clearly the panorama of urban management of RS in the municipality, which are worrying, are worrying. It is concluded that the public, through an efficient and objective way of the strategies designed by the Management Plan (PGM), the municipality can exercise its role of manager effectively, with partnerships between the ACLRSS community, efficient, efficient to achieve recognition of an effective public policy and social inclusion.

Keywords: Public management. Solid waste management. National Policy for Waste Management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Gestão Pública no Âmbito dos Resíduos Sólidos.....	11
2.2 Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS como Instrumento Legal.....	15
2.3 Gestão dos Resíduos Sólidos na Perspectiva das Associações e Cooperativas.....	19
3. MATERIAL E MÉTODO	25
3.1 Caracterização da Área de Estudo.....	25
3.2 Procedimentos Metodológicos.....	26
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1 Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da ACLRSS.....	27
4.2 A Prefeitura de Santana do Seridó Diante da ACLRSS.....	33
4.3 Dificuldades, Desafios, Pontos Positivos e Negativos da ACLRSS.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE	

1. INTRODUÇÃO

A gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos é uma problemática que necessita atenção constante devido às consequências prejudiciais à saúde coletiva e ambiental que pode ocorrer como consequência do descuido e tratamento inadequado. Por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) existe um direcionamento utilizando dos instrumentos e diretrizes legais estabelecidas na Lei para que tragam avanços e melhorias nesta questão. A responsabilidade recai principalmente em nível local, ou seja, no âmbito dos municípios.

Neste cenário destacaram-se os atores da Gestão Pública e as Associações e Cooperativas de catadores. Percebe-se que os resíduos sólidos são fontes geradoras de renda e sustentabilidade socioeconômica e ambiental. O catador passa a ter um papel de agente ambiental que em cooperação com o poder público se torna um parceiro na gestão dos resíduos sólidos públicos.

Portanto, este trabalho teve como tema “GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: um estudo da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS) – RN”, no qual foi analisado o papel do Poder Público Municipal por meio do funcionário responsável pela pasta de resíduos sólidos na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, e dos catadores representado pelo Presidente da Associação de Catadores Materiais Recicláveis de Santana do Seridó - ACLRSS.

Através da realização deste trabalho, pretendeu-se levantar a problemática por meio de um estudo de campo com averiguação do problema dos resíduos sólidos urbano em Santana do Seridó, colhendo informações para subsidiar a pesquisa, tendo como focos principais: a gestão do município, bem como, a ACLRSS, tem contribuído para minimizar o impacto ambiental em relação aos resíduos sólidos urbanos em Santana do Seridó?

Esta pesquisa teve como objetivo principal estudar o processo de gestão pública dos resíduos sólidos e a atuação da Associação de Catadores Materiais Recicláveis de Santana do Seridó – ACLRSS, sobre a perspectiva organizacional e socioambiental, que permeiam como agentes ambientais.

O presente trabalho se justificou pela necessidade de conhecer e trazer a publicidade para a realidade gerida pelo poder público municipal diante da problemática dos resíduos sólidos produzidos no Município de Santana do Seridó e da atuação dos catadores de materiais recicláveis e a importância da ação da ACLRSS, que apesar de serem essenciais nos tempos atuais para a amenização da problemática causada pelo acúmulo destes resíduos, e assim, gerando renda como fonte de sobrevivência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão Pública no Âmbito dos Resíduos Sólidos

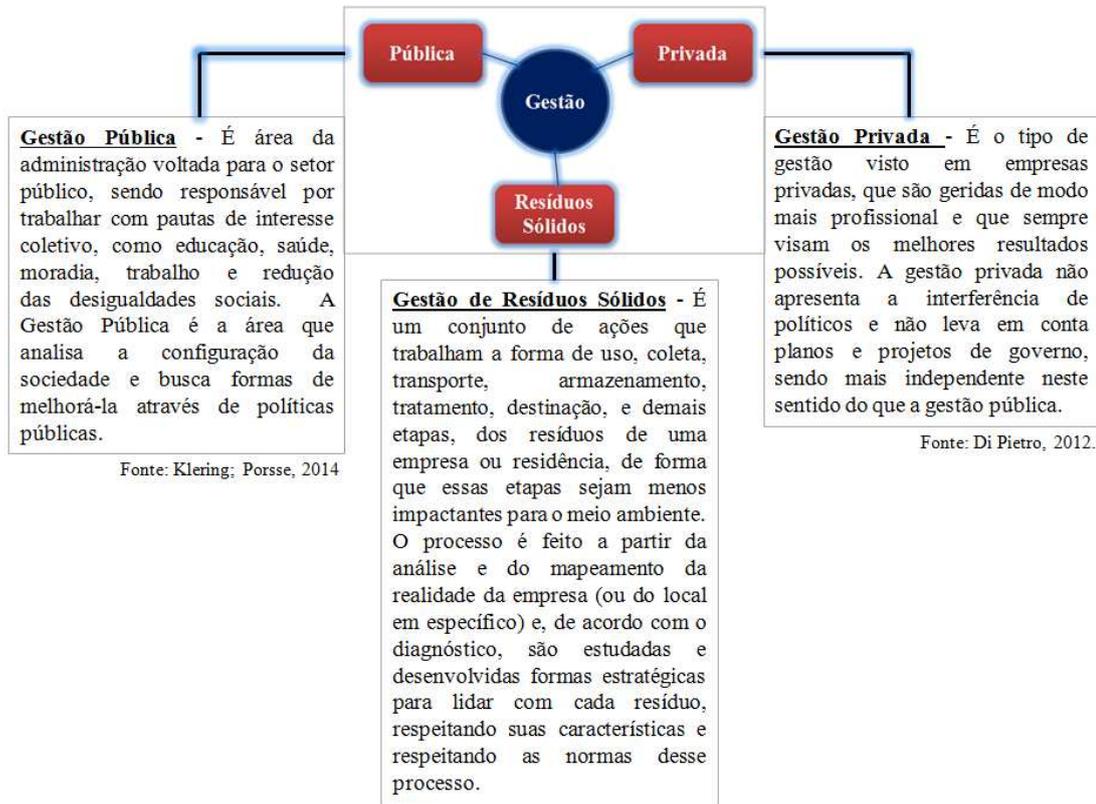
O conceito de Gestão está bem estabelecido e muito utilizado pelos estudiosos e profissionais de diversas áreas, tais como: gestão centralizadora; gestão democrática; gestão por processos; gestão por resultados; gestão por cadeia de valor; gestão comportamental; gestão por competências. No entanto, também é muito vago, quando correlacionados aos temas correlacionados a gestão pública, gestão privada, gestão de resíduos sólidos. É uma definição mais precisa de gestão que capte de forma clara e completa o significado e o conteúdo do termo quando direcionado a uma determinada organização.

Segundo Paludo (2020), o termo Gestão corresponde ao ato de gerir, e possui uma melhor compreensão quando analisado em três dimensões, que são, “quando se refere ao todo administrativo é, praticamente, sinônimo de administração: compreende estrutura e recursos, e é responsável pela criação de um ambiente favorável ao desempenho das atividades de todas as áreas”; a Gestão como uma área de especialização; e Gestão como a função de gerir, planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades, utilizando-se das ferramentas e conhecimentos disponíveis a fim de alcançar resultados satisfatórios (PALUDO, 2020, p. 31).

Mota e Silva (2016), explicam que a gestão é um processo cíclico, com ajustes e revisões para seu bom funcionamento. "Envolve planejamentos estratégicos, previsões orçamentárias, implantação e atividades operacionais. Exige a manutenção contínua desse processo e o monitoramento da evolução da gestão juntamente com o controle dos custos (MOTA e SILVA, 2016, online)." Desta forma, as manutenções e verificações constantes, torna possível implementar correções e melhorias que ajudem no aperfeiçoamento do processo aplicado, como também acarreta conhecimento para análise em outros projetos.

Nesse capítulo busca-se abordar definições de gestão de acordo com os atores organizacionais, interrelacionados a Gestão dos Resíduos Sólidos, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: Definições de gestão



Fonte: Klering; Porsse, 2014

Fonte: Di Pietro, 2012.

Fonte: PHILIPPI JR, 2020

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2022.

Para Carneiro e Menicucci (2013, p. 136):

[...] Diferentemente da gestão privada, a gestão pública deve permitir a expressão de valores que não são apenas instrumentais, mas políticos. Nesse sentido, não se limita aos meios, mas incorpora também os objetivos, sua definição e sua articulação operativa, orientando-se a partir de valores sociais. Remete à necessidade de articular a concorrência entre objetivos alternativos e a necessidade de gerir a interdependência e a cooperação organizativa para o alcance dos objetivos políticos. Dentro da lógica política, a gestão pública deve facilitar a expressão de vontades, mediar entre elas e encontrar valores para conduzir as ações. Nessa perspectiva, a análise da gestão pública é indissociável da análise do Estado e sua configuração, o que remete ao papel por ele assumido historicamente em diferentes contextos. Pensar da evolução histórica a gestão pública bem como, de forma prospectiva, as tendências ou possibilidades de seu desenvolvimento futuro remete a uma reflexão sobre o papel esperado do Estado no momento atual (CARNEIRO e MENICUCCI, 2013, p. 136).

Conforme o Art. 3, inciso XI, da Lei 12.305, o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos é especificado como “[...] conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável”.

Desta forma, a gestão pública pode ser entendida como o ato de administrar politicamente em prol de interesses diversificados para o bem estar coletivo. O poder público

deverá utilizar da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, de forma a utilizar os recursos necessários e disponíveis, com economicidade, eficácia, eficiência e efetividade, em projetos ou ações que visem à implementação de políticas públicas positivas para a sociedade (de forma específica ou geral) e o meio ambiente, como pode ser observado através da Figura 2.

Figura 2: Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos



Fonte: Philippi Jr, 2020.

Pode-se observar na Figura 2, que a gestão integrada de resíduos sólidos tem a possibilidade de interagir com diversos setores e atores, desta forma, Mota e Silva (2016, p.1) falam que:

A importância dada à gestão integrada de resíduos sólidos urbanos é por ela possibilitar maior diálogo entre diversos atores, uma vez que não há ninguém no mundo que não produza resíduos. A GIRSU permite uma diversidade de ações conjuntas voltadas à destinação final dos resíduos, com a possibilidade de melhorar qualitativamente a vida das pessoas que dependem da catção, bem como seus reflexos incidem sobre a saúde da sociedade como um todo e protegem o meio ambiente.

Pode-se dizer que a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos refere-se à abordagem estratégica de gestão sustentável de resíduos sólidos que abrange todas as fontes e todos os aspectos, abrangendo geração, segregação, transferência, triagem, tratamento, recuperação e disposição de forma integrada, com ênfase na maximização da eficiência do uso dos recursos.

A Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é definida pela PNRS como um conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010).

As cidades usam diferentes tecnologias, políticas e comportamentos para controlar os impactos negativos dos seus resíduos e para encontrar formas de reutilização dos mesmos. Esta combinação de métodos constitui a gestão de resíduos, que pode ser dividida em seis elementos funcionais que descrevem as etapas de gerenciamento (FIGURA 3), englobando a geração, tratamento, coleta, transporte, processamento e transformação, e disposição final. Todo o processo deve estar de acordo com a legislação existente, com os aspectos sociais de proteção ao meio ambiente e à saúde pública e aos recursos financeiros disponíveis (TCHOBANOGLOUS; KREITH, 2020).

A gestão de resíduos sólidos é complexa e dependente de vários fatores, além de seguir os direcionamentos legais, é necessário ter um planejamento adequado e aplicar as ferramentas e recursos disponíveis de forma eficiente e eficaz. Na Figura 3, são mostrados alguns direcionamentos e processos para o gerenciamento de resíduos sólido.

Figura 3: Gerenciamento dos resíduos sólidos



Fonte: Tchobanoglous; Kreith, 2020.

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei 12.305/2010 (BRASIL/PNRS, 2010, p. 11), diz que a:

Gestão Integrada é o conjunto de medidas que buscam soluções para os resíduos sólidos, considerando o âmbito ambiental, político, econômico, cultural e social, visando sempre o desenvolvimento sustentável. De modo geral, a Gestão Integrada engloba o gerenciamento. Já o **Gerenciamento de Resíduos Sólidos** é o conjunto de ações exercidas nas etapas de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e dos rejeitos, sempre consoante ao plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

O Brasil é um país de grandes proporções e demografia diversa, compostos de várias regiões com particularidades próprias, tais como o nível de população, renda per capita, saneamento básico, entre outros. Ao refletir sobre tais variáveis, fica explícito que é uma tarefa extremamente complexa implementar de fato a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos no país. Além de outros fatores que impactam diretamente esta situação, como aumento populacional, consumismo, e gestão inadequada ou inexistente dos resíduos sólidos.

Como explicitado por Fagundes (2008), o campo do gerenciamento apresenta o maior desafio para o problema dos resíduos sólidos existentes no Brasil, sendo que é necessário que ocorra a priorização para definir políticas para esse setor de forma que sejam envolvidos todos os níveis de governo, quais sejam, municipal, estadual e federal.

2.2 Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS como Instrumento Legal

Todas as atividades humanas geram resíduos sólidos que precisam ser gerenciados e de gestão adequada para proteger a saúde humana e o meio ambiente, além de melhorar a visão panorâmica dos ambientes. Este cenário é particularmente evidente nos centros urbanos ou das cidades brasileiras, que geram grandes quantidades de resíduos devido à alta população vivendo na área da *urbs*. Os impactos da má gestão de resíduos sólidos nas áreas urbanas, principalmente nas médias e grandes cidades, passaram a ser desastrosas o acúmulo de resíduos.

Como tal, há necessidade de uma gestão de resíduos adequada e eficiente, no ano de 2010 foi criada a Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A criação desta Lei se tornou um ponto crucial para mudança dessa situação e possibilidade resolver e/ou amenizar a problemática dos RSU, foi à aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010, na forma da lei 12.305, que se tornou um avanço por se tratar de uma lei específica que estabelece vários conceitos e instrumentos necessários para uma gestão e gerenciamento adequado dos resíduos sólidos.

Para isso, foi um processo demorado, como narrado por Grisa e Capanema (2010), foram mais de vinte anos de análises, discussões e a tramitação no Congresso Nacional para que fosse aprovada a Lei 12.305/2010 que instituiu a PNRS, apesar de existirem normas que já abordavam a temática, não existia um instrumento legal que estabelecesse diretrizes gerais aplicáveis aos resíduos sólidos, de forma que pudesse orientar os estados e os municípios em sua gestão adequada. Destaca-se que no âmbito legislativo as leis e decretos anteriores à

PNRS que tocam na questão da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos de forma mais específicas para determinadas situações ou resíduos.

Neste contexto, se torna necessário estabelecer uma hierarquia para atuação na questão da gestão pública dos resíduos sólidos, na PNRS é estabelecidos os planos nacional, estaduais e municipais, sendo que a administração municipal se torna o agente principal na gestão integrada de resíduos sólidos, podendo atuar com mais propriedade em nível local, com os dados cruciais como a demanda e a melhor forma de executar um gerenciamento adequado, visando uma gestão satisfatória.

A administração pública municipal tem a responsabilidade de gerenciar os resíduos sólidos, desde a sua coleta até a sua disposição final, que deve ser ambientalmente segura. O lixo produzido e não coletado é disposto de maneira irregular nas ruas, em rios, córregos e terrenos vazios, e tem efeitos tais como assoreamento de rios e córregos, entupimento de bueiros com conseqüente aumento de enchentes nas épocas de chuva, além da destruição de áreas verdes, mau cheiro, proliferação de moscas, baratas e ratos, todos com graves conseqüências diretas ou indiretas para a saúde pública (JACOBI e BESEN, 2011, p.136).

Grisa e Capanema (2010, p. 417), informam que “com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, o saneamento básico passou a ser um direito assegurado a todos, e os municípios tornaram-se detentores da titularidade dos serviços”. Bortoli (2013), também cita esta responsabilidade que os municípios passaram a exercer:

A Constituição Federal de 1988 determinou ao poder público o dever de defender e preservar o meio ambiente, o que serviu de marco jurídico para que a gestão dos resíduos sólidos fosse feita sob a responsabilidade dos municípios. Foi assim que, a partir da década de 1990, frente às transformações do papel do Estado e às mudanças da forma de relação com a sociedade, o saneamento básico e a gestão dos resíduos sólidos passaram a ser realizados pelos poderes públicos municipais em parceria com organizações da sociedade civil (BORTOLI, 2013).

O poder municipal para poder cumprir o seu dever e responsabilidade de preservar o meio ambiente, garantindo melhores condições de saneamento público e limpeza urbana, passou a ter um direcionamento melhor com a promulgação da PNRS, com a possibilidade de implementação e utilização de instrumentos previstos na Lei. A PNRS estabelece instrumentos para avanços na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos em todo o território nacional, conferindo um destaque ao planejamento a ser estabelecido mediante articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, considerando a cooperação para atendimento dos objetivos da Lei (BRASIL; MMA, 2022).

Segundo a referida lei, esses instrumentos têm como principais metas, conforme o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL/MMA, 2012, p.23 e 24):

1. A Coleta Seletiva - Ser implementada mediante a separação prévia dos resíduos sólidos (nos locais onde são gerados), conforme sua constituição ou composição (úmidos, secos, industriais, da saúde, da construção civil etc.). A implantação do sistema de coleta seletiva é instrumento essencial para se atingir a meta de disposição final ambientalmente adequada dos diversos tipos de rejeitos.

2. A Logística Reversa - Apresentada como um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios para coletar e devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo de vida ou em outros ciclos produtivos.

3. O Apoio à Inclusão Produtiva dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, priorizando a participação de cooperativas ou de outras formas de associação destes trabalhadores.

A possibilidade de participação de associações ou cooperativas no gerenciamento destes resíduos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos é um importante mecanismo para potencializar a criação e a expansão destes modelos de economia solidária. Este novo modelo de economia busca alternativas capazes de promover a inclusão de pessoas, as quais, em decorrência da evolução dos mecanismos de produção, acabaram excluídas do mercado do trabalho, já que não conseguiram se enquadrar em tal desenvolvimento (FRANCISCHETTO e PINHEIRO, 2016, p.4).

Primeiramente, para planejar e implementar a gestão e gerenciamento adequados dos resíduos sólidos, pode-se iniciar a partir da ordem de prioridade que estabelece o art. 9º da Lei 12.305, com as seguintes ações a serem observadas: “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”, ressaltando também a possibilidade de adotar tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental (BRASIL, 2010; BRASIL/MMA, 2022).

Após mais de uma década da PNRS, há um aumento gradativo da quantidade de estados e municípios que possuem esses planos. Os planos começam a ser reconhecidos como importante ferramenta de planejamento para a melhoria da gestão pública dos resíduos sólidos, não somente como forma de acessar recursos da União, ou por ela controlados, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento com tal finalidade (BRASIL; MMA, 2022, p. 133-134).

Portanto, a plena aplicação do que é previsto para a resolução e gerenciamento da problemática dos RSU, por meio de uma gestão seguindo o que é estabelecido na PNRS não ocorre de maneira efetiva. Pode-se verificar nos dados apresentados pelo Panorama dos

Resíduos Sólidos no Brasil 2020 publicado pela ABRELPE, no que se refere à coleta regular, configurada como a etapa inicial necessária para viabilizar um sistema adequado de gestão de resíduos, apesar do avanço registrado, o país ainda apresenta déficit na abrangência desses serviços (92% de cobertura) e 6,3 milhões de ton./ano seguem abandonadas no meio ambiente (ABRELPE, 2020).

São apenas 10 estados que possuem o índice de cobertura de coleta acima da média nacional: São Paulo (99,6%), Rio de Janeiro (99,5%), Santa Catarina (95,84%), Goiás (96,1%), Rio Grande do Sul (95,5%), Distrito Federal (95%), Paraná (95%), Espírito Santo (93,7%), Amapá (93,3%) e Mato Grosso do Sul (92,7%). São registrados os menores índices de cobertura de coleta nas regiões Norte e Nordeste: Ceará (80,1%), Rondônia (78,9%), Pará (76,7%), Piauí (69,2%) e Maranhão (63,9%) nas últimas cinco posições (ABRELPE, 2020).

A quantidade de RSU coletados no país também cresceu 24% em uma década e atingiu 72,7 milhões de toneladas, dos quais aproximadamente 60% seguiram para disposição final adequada em aterros sanitários. No entanto, a realidade da disposição inadequada ainda está presente em todas as regiões, tendo aumentado 16% em relação a 2010. Essa situação impacta diretamente a saúde de 77,65 milhões de brasileiros, e tem um custo ambiental e para tratamento de saúde de cerca de USD 1 bilhão por ano (ABRELPE, 2020, p.33).

Apesar de que na última década houve um aumento progressivo até chegar ao marco de 43 milhões de toneladas de RSU serem destinados a aterros sanitários, uma opção de descarte ambientalmente viável, houve também um aumento na destinação inadequada, tais como os lixões e aterros controlados, sendo 29 milhões de toneladas por ano (ABRELPE, 2020). Diante desta situação, se torna claro a falha na atuação da administração pública na implementação do direito ao saneamento básico, principalmente na gestão de RSU. As consequências causadas pelos resíduos podem perdurar por anos e décadas com a disseminação de agentes poluentes e contaminantes no ambiente e da proliferação de doenças e de vetores causadores destas.

Mesmo com a criação de instrumentos jurídicos para o setor, a realidade sanitária brasileira continuou frágil. Os municípios não conseguiram elaborar seus Planos e instituir suas Políticas Municipais de Saneamento Básico. Não seria surpresa dizer que a imagem positiva da Política de Saneamento Básico foi se enfraquecendo ao longo dos anos, levando a discussões quanto a insuficiência do Estado brasileiro no papel de liderança e investimento no setor. [...] (FERREIRA et al., 2021, p. 65458).

Os municípios enfrentam muitos desafios na gestão do RSU, muitos não criaram um plano previsto na PNR, vários motivos podem ser apontados, como a falta de capacidade técnica e principalmente a falta recursos financeiros. Como Szigethy e Antenor (2020) afirmam, existem tecnologias disponíveis no Brasil para implementação da PNRs, mas

devido à falta de uma maior integração na gestão do RSU e os altos custos envolvidos, os desafios continuam os mesmos antes da aprovação da PNRS, ao contrário de outros países que já resolveram ou estão encaminhando-se, utilizam outras formas além de aterros sanitários, tais como incineradores e biodigestores geradores de energia.

Nesse cenário, ocorreu uma mudança significativa com a aprovação do novo marco legal do saneamento, em que novas regras foram definidas para a universalização dos serviços, na questão da gestão dos resíduos sólidos, os municípios terão que apresentar até julho de 2022 propostas de instrumentos de cobrança (taxa ou tarifa) que assegurem a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços. Observa-se que os municípios descumprirem que se for descumprirem será considerado como renúncia de receita sendo aplicadas as consequências legais (BRASIL/MDR, 2020).

As revisões propostas pelo novo marco legal levantaram questões controversas e opiniões divergentes, principalmente na abertura para o capital privado (privatizações): As otimistas afirmam que o envolvimento do setor privado garantiria uma melhor prestação de serviço e modernização; as negativas afirmam que haverá aumento de custos, subinvestimento para aumento do lucro, e municípios mais deficitários serão preteridos (FERREIRA et al., 2020; SOUSA, 2020).

Os instrumentos legais e diretrizes previstos pela PNRS, para serem cumpridos, além de uma gestão pública capaz e consciente da emergência do assunto, é necessário, a destinação de recursos financeiros e técnicos para os municípios mais deficitários, mais investimento em educação e principalmente o engajamento social da população por seu direito mais básico. Com o novo marco legal do saneamento ainda é incerto quais consequências e desenvolvimentos são esperados, e quais serão as mudanças significativas que podem ocorrer.

2.3 Gestão dos Resíduos Sólidos na Perspectiva das Associações e Cooperativas

Com a urbanização crescente, conseqüente aumento da produção dos RSU e de pessoas ingressando na atividade de catação como meio de sustento, tornou-se necessário que os catadores buscassem condições de vida e trabalho melhores. Sendo que a atividade de ser catador era, e ainda ocorre, de ser extremamente malvista e estigmatizada pela sociedade. Além de sofrer com condições de trabalho insalubres, os catadores sofriam/sofrem com o preconceito.

Assim, a partir da década de 1990, os catadores passaram a se organizar por meio de iniciativas como a criação de associações e cooperativas, como também com a formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR e outras formas de mobilização (BORTOLI, 2013; SANTOS et al., 2018) – Quadro 1.

Quadro 1: Nomenclatura das Situações de Catadores, Associação ou Cooperativa de Materiais Recicláveis, numerando-as em ordem decrescente de organização

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
Grupo formalmente organizado em associação ou cooperativa com prensa, balança, carrinhos e galpão próprios, com capacidade de ampliar sua estrutura física e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem. Nesta Situação as cooperativas já estão prontas para a verticalização da produção de materiais recicláveis. As cooperativas nesta situação devem ser vistas como importantes vetores de inclusão social.	Grupo formalmente organizado em associação ou cooperativa, contando com alguns equipamentos, porém precisando de apoio financeiro para a aquisição de outros equipamentos e/ou galpões. As cooperativas deste grupo estão numa fase intermediária - com falta de alguns equipamentos para poder expandir a produção - necessitando de reforço de infraestrutura para ampliar a coleta e assim formalmente incluir novos catadores de materiais recicláveis	Grupo em organização, contando com poucos equipamentos – alguns de sua propriedade - precisando de apoio financeiro para a aquisição de quase todos os equipamentos necessários, além de galpões próprios. O estabelecimento formal de sua cooperativa significará a inclusão de novos postos de trabalho para catadores de materiais recicláveis.	Grupo desorganizado - em rua ou lixão - sem possuir quaisquer equipamentos, e frequentemente trabalhando em condições de extrema precariedade para intermediários. É necessário apoio financeiro para a montagem completa da infraestrutura de edificações e de equipamentos. O estabelecimento formal de sua cooperativa significará a inclusão de novos postos de trabalho para catadores de materiais recicláveis.

Fonte: MNCR (2016, p. 12).

Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, para viabilizar e cumprir os objetivos propostos na lei, incentiva a implementação de vários instrumentos, entre eles, está a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis (BRASIL, 2010). Associações e cooperativas são duas formas de organização, semelhantes na questão da união de indivíduos de forma coletiva em prol de objetivos e interesses em comum, constituindo um trabalho ou colaboração de forma comunitária, tanto com a finalidade principal de obter lucro, como também o lucro em um plano mais secundário. De acordo com Muñoz (2012, p. 17) a:

Associação - É um patrimônio formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social, o que dificulta a obtenção de financiamentos em instituições financeiras. **Cooperativa** - Tem capital social, facilitando, portanto, financiamentos em instituições financeiras. O capital social é formado por quotas, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.

Conceituando, a associação pode ser entendida como a formação de grupo de duas ou mais pessoas de forma organizada para defender interesses comuns, sem fins lucrativos e possui personalidade jurídica; já a Cooperativa, é uma organização constituída por pessoas físicas, pelo menos 20, que se unem em prol da ajuda mútua e cooperação, a partir de uma gestão democrática e participativa, para alcançar os objetivos de desenvolvimento econômico, financeiro e sociais comuns (INSTITUTO ECOLÓGICO, 2007).

Entretanto, apesar da semelhança em relação à adoção da união coletiva, são formas de organização intrinsecamente diferentes. A diferença essencial se encontra na natureza dos dois processos e compreendê-las ajuda a escolher a opção de modelo mais adequada: às associações são voltadas para atividades sociais, tais como a educação, cultura, representação política, defesa da classe e filantropia; e as cooperativas são voltadas para o desenvolvimento coletivo das atividades comerciais dos associados junto ao mercado, tendo assim finalidade econômica (SEBRAE, 2014). Como mostra a Figura 4, que relata os princípios das associações e cooperativas, e a Figura 5 com as características das associações e cooperativas.

Figura 4: Princípios das associações e cooperativas

Princípios da Associação	<ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Princípio da Adesão Voluntária e Livre</u> - As associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de gênero. 2. <u>Princípio da Gestão Democrática pelos Sócios</u> - As associações são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões, sendo os gestores eleitos pela maioria para atender a necessidade de todos. 3. <u>Princípio da Participação Econômica dos Sócios</u> Os sócios contribuem de forma justa e controlam democraticamente as suas associações através de deliberação em assembleia geral. 4. <u>Princípio da Autonomia de Independência</u> - As associações podem entrar em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter sua autonomia. 5. <u>Princípio da Educação, Formação e Informação</u> - As associações devem proporcionar educação e formação. Os dirigentes eleitos devem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento da comunidade. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação. 6. <u>Princípio da Interação</u> - As associações atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento associativista trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
---	---

<p>Princípios da Cooperativa</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Adesão Voluntária e Livre</u> - São organizações voluntárias, abertas à participação de todos que estiverem dispostos em disponibilizar seus serviços e assumir responsabilidades como membros. A pessoa deve conhecer e respeitar os acordos definidos no Estatuto da Cooperativa. 2. <u>Gestão Democrática</u> - As cooperativas são organizações democráticas e controladas pelos seus membros, que participam ativamente na criação das políticas internas, como também na tomada de decisões. Os cooperados elegem seus representantes e se reúnem em assembleias para discutirem e votarem os objetivos e metas do trabalho em conjunto. 3. <u>Participação Econômica</u> - Todos os membros participam da formação do capital social da cooperativa. Assim, todos também têm direito aos rendimentos da mesma quando estes forem colocados em partilha.
	<ol style="list-style-type: none"> 4. <u>Autonomia e Independência</u> - São organizações autônomas, controladas pelos próprios membros. Podendo firmar acordos com outras organizações ou recorrer ao capital externo, devendo assegurar nesses acordos os controle democrático pelos seus membros e manter a autonomia da cooperativa. 5. <u>Educação, Formação e Informação</u> - A cooperativa promove a educação e formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Além, de levar também a informação para o público em geral, em especial os jovens. 6. <u>Intercooperação</u> - Fortalecimento do intercâmbio de informações, produtos e serviços entre as cooperativas viabilizando o setor da atividade socioeconômica. 7. <u>Compromisso com a Comunidade</u> - As cooperativas devem firmar um compromisso com a comunidade no sentido de trabalharem para o desenvolvimento sustentável desta.

Fonte: Instituto Ecológico (2007, p. 15-16).

Figura 5: Características das associações e cooperativas

<p>Características da Associação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • União de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns; • O patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, através de doações, fundos e reservas. Não possui capital social; • Seus fins podem ser alterados pelos associados em assembleia, tendo cada um direito ao voto; • São entidades de direito privado e não público, podendo realizar operações financeiras e bancárias, porém as sobras de operações financeiras devem ser aplicadas na associação; • Os dirigentes não recebem remuneração; • Os dirigentes podem representar a Associação em ações coletivas de seu interesse; • Possui um sistema de escrituração contábil simplificada.
<p>Características da Cooperativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de pelo menos vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua; • Gestão democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns; • Aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades; • Fundamenta-se a economia solidária; • Pode ser dirigida e controlada pelos próprios cooperados.

Fonte: Instituto Ecológico (2007, p. 17).

Os catadores que optarem por um dos modelos de organização deverá cumprir os preceitos e exigências estabelecidas, para que ocorra o implemento dos objetivos e dando sentido ao seu propósito, garantindo um bom funcionamento e relacionamento entre os associados. Pois, o cerne da associação e cooperativa é a união para criação de um poder para agir em prol do coletivo, defendendo seus interesses de forma responsável, democrática, inclusiva e equitativa. Os catadores são indivíduos vulneráveis socialmente, pois são pessoas

que encontram na atividade de catação uma oportunidade de sobrevivência, como explicado no trecho a seguir:

Os catadores de material reciclável, geralmente, são pessoas à margem do convívio social e profissional por conta de suas condições. É na coleta de material reciclável produzido pela sociedade que eles encontram o seu sustento. Trata-se de uma categoria social, composta por homens, mulheres e, por vezes, crianças, que em sua maioria apresentam baixa escolaridade, pouca capacidade profissional e baixa poder aquisitivo. Este é o grupo social que a PNRS tem prezado por sua inclusão social e pelo seu desenvolvimento econômico (INSTITUTO RECICLEIROS, 2021, p. 3).

Os catadores realizam um trabalho que ajuda muito na questão da conservação ambiental e limpeza urbana, sendo também uma atividade que gera ganho financeiro/sustento e apoio na logística da gestão e gerenciamento dos RSU, entretanto, são vítimas de discriminação e preconceito perante a sociedade, sendo muitas vezes de forma pejorativa confundidos com o material que trabalham. Estes vivem uma realidade excludente e estigmatizada, como apontada por Carmo (2009), que explica que o catador sofre estigmas causados pela atividade e o material/produto com que trabalham, pois, a repugnância gerada pelos rejeitos acaba por atingir também a eles. A autora especifica que os catadores sofrem as consequências da "semântica negativa do lixo", que são as conotações ruins associadas culturalmente pelas características inerentes, tais como o odor, a aparência e a decomposição.

[...] A semântica do lixo, devido ao estigma, explicaria não só a falta de reconhecimento social do trabalho dos catadores, por parte da sociedade (geradora de resíduo aproveitável), bem como as dificuldades de articulação deles no mercado de recicláveis, em franca expansão. Isto é, ela justificaria a dificuldade de formação de redes de cooperação e auxílio mútuos entre catadores, compradores, poder público e os próprios geradores (CARMO, 2009, p. 598-606).

Tal situação também é explicitada por Magalhães (2012, p.39), "Os preconceitos manifestados por diversos indivíduos/ instâncias da sociedade em relação aos catadores são, então, muitas vezes, referentes a uma associação desses trabalhadores ao lixo na acepção de algo sujo, descartável, que incomoda [...]."

Torna-se claro que a rejeição e/ou aversão causada pelas conotações atribuídas aos resíduos impactam as relações sociais dos catadores entre eles mesmos como colegas de profissão e perante a sociedade e o mercado, deixando-os vulneráveis ou até mesmo invisíveis em muitas situações, ferindo sua dignidade como ser humano. Ao serem incluídos na PNRS é uma forma de que ganhem visibilidade e seu trabalho passe a ser associados a significados mais positivos, ou seja, a uma semântica que possa definir realmente a importância social desta atividade.

Almeida e Zaneti (2015, p. 289), constatarem que “Do ponto de vista econômico, os catadores de materiais recicláveis passam da condição de excluídos para a de mal incluídos”. As autoras utilizam o termo “pessoas residuais” para explicar como é visto o trabalho dos catadores, que essencialmente é fazer o retorno dos RSU a cadeia produtiva por meio da comercialização e através disto encontram a sua sobrevivência; também é dito pelas autoras que grande parte dos catadores se encontra ainda na informalidade, sem associar-se a uma associação/cooperativa.

Assim, sair da informalidade da catação e organizar-se em sistema de cooperativas/associações deve pressupor a formação técnica dos envolvidos no tocante às regras e responsabilidades, divisão de trabalho, capacitações, relevância desse trabalho, dinâmica de funcionamento e legislação que rege a formação das associações e cooperativas a se formar, assegurando o sucesso do trabalho (MENDES, 2013, p.80).

Como alternativa para o fortalecimento, organização e formalização do trabalho desenvolvido pelos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, a criação de cooperativas e associações une, voluntariamente, trabalhadores na busca de melhores condições socioeconômicas e de trabalho, de ampliação do poder de negociação dos produtos comercializados, de apoio e acesso a recursos financeiros e políticas públicas, com vistas à aquisição de equipamentos, EPI (equipamentos de proteção individual), realização de cursos e treinamentos, investimentos na gestão e em infraestrutura, entre outros (SIMAS e PEREZ, 2014, p. 59).

A organização em associação/cooperativas é uma forma que os catadores sejam enxergados diante da sociedade, do poder público e do mercado. Para isso, como citado anteriormente, é necessário que os catadores recebam algum grau de instrução de como é o funcionamento das associações/cooperativas, pois entendendo suas regras, direitos e deveres, possam ser realmente integrados na organização e que ela possa realmente funcionar e gerar frutos. Por meio da união dos catadores pode-se conseguir um maior poder de negociação e reivindicação dos seus direitos para a melhoria nas condições de trabalho (como equipamentos, máquinas, infraestrutura, entre outros) e forma de tratamento ou “visão” diante da sociedade.

Além da discriminação sofrida e os perigos de trabalhar com RSU, no âmbito das associações e cooperativas são enfrentados vários desafios, tais como, preferência de catadores de permanecerem autônomos, baixa escolaridade dos associados, problemas de ordem organizacional e operacional na questão de relacionar-se com indústrias e empresas, negociação por meio de intermediários, infraestrutura inadequada, falta de equipamentos.

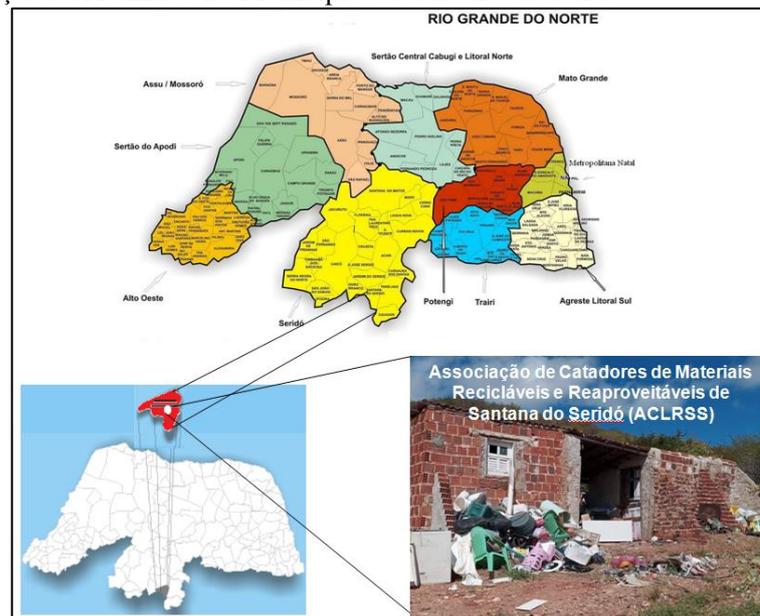
4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Caracterização da Área de Estudo

O Município de Santana do Seridó está localizado no Estado do Rio Grande do Norte, na Mesorregião da Central Potiguar, Microrregião do Seridó Oriental, Região Geográfica Intermediária e Imediata de Caicó. Possui uma unidade territorial de 188,4 km², equivalente a 0,36% da superfície estadual, distando 243 km de Natal, capital do Estado. Limita-se a Norte com Jardim do Seridó e com Ouro Branco, ao Sul com Parelhas e o Estado da Paraíba, a Leste com Parelhas, e a Oeste com Ouro Branco e o Estado da Paraíba (IBGE, 2020).

O enfoque deste trabalho consiste na Gestão Pública Municipal e principalmente na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS), que está localizada na zona urbana do município, local cedido temporariamente por um dos associados, enquanto o material coletado se destina a uma casa na Comunidade Rural Saquinho (FIGURA 6).

Figura 6: Localização da ACLRSS no Município de Santana do Seridó



Fonte: IBGE, 2021. Própria autora, 2022.

Segundo estimativa do IBGE em 2021 a população era constituída por 2.699 habitantes aproximadamente, com uma densidade demográfica de 13,41 hab/km². Em relação ao salário médio mensal em 2019 era de 1 a 6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas/empregadas em relação à população total era de 16.1%. Ao considerar os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, nessas condições tinha 41.7% da população.

4.2 Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho consistiu em um estudo de caso, cujo objetivo foi averiguar a atuação das políticas públicas direcionada para a área do sistema de limpeza urbana, bem como, compreender as relações da Associação de Catadores Materiais Recicláveis de Santana do Seridó (ACLRSS) em face da gestão dos resíduos sólidos, principalmente na perspectiva da gestão pública municipal. Para atingir tais metas, foram definidos os seguintes procedimentos metodológicos.

O método de pesquisa utilizado foi de natureza qualitativa. Segundo Chueke e Lima (2012) explicam que é entendido como uma realidade subjetiva e múltipla, construída de modo distinto para cada indivíduo. A técnica utilizada foi a exploratória, que para Andrade (2010) possui a finalidade de proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, facilitando a delimitação do tema de trabalho, definindo os objetivos ou formulando as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir um novo tipo de enfoque para o trabalho.

Para o levantamento dos dados foi realizado os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental; entrevistas utilizando questionário e entrevista semiestruturada, aplicados com o funcionário responsável pela pasta na SEMARH, Secretaria da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó e com o Presidente ACLRSS, pôr fim, a realização de observação *in loco*, no centro de triagem localizada no Sítio Saquinho.

A coleta de dados foi realizada utilizando-se questionário com funcionário da SEMARH, Sr. Aleandro Primo de Medeiros, responsável pela pasta e a entrevista foi com o Presidente da ACLRSS, Sr. Givanaldo Pereira dos Santos. A coleta de dados, ou seja, de informações foram realizadas de forma presencial no período de 10 de outubro a 03 de novembro de 2022, com as organizações abordadas, a amostra foi apenas de dois atores.

A entrevista com o Presidente da associação foi gravada e transcrita, na qual para uma melhor visualização do problema estudo foi necessário um registro fotográfico, referente às observações realizadas, cuja finalidade era de averiguar as respostas de fato. Na discussão dos dados coletados, optou-se pelo processo descritivo. Nesse sentido, foi realizada a descrição dos dados por meio do questionário e da entrevista.

A estrutura deste trabalho está dividida em cinco seções. A primeira consta a Introdução com breve relato do tema, problemática, objetivo, justificativa do tema. A segunda a Fundamentação Teórica, com as definições do assunto abordado. Os terceiros os Métodos e as Técnicas. A quarta os Resultados e Discussões da pesquisa realizada *in loco*. E a sexta parte refere-se às Considerações Finais. E por fim, Referências utilizadas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da ACLRSS

A produção de resíduos sólidos é crescente e inevitável, por ser fruto originado das atividades humanas, o consumo faz parte de um estilo de vida adotado mundialmente e estimulado pelo capitalismo. O consumismo é cada vez mais desenfreado, mas algumas ações de mudança de hábitos, comportamentos e utilizar formas de consumo consciente podem fazer a diferença. Neste cenário, o catador que faz a coleta de materiais recicláveis, o que popularmente é chamado de lixo, vem se tornando uma figura de destaque como um importante agente ambiental que faz da reciclagem sua fonte de geração de renda e se tornando um apoio facilitador para a gestão de resíduos sólidos nos municípios.

Com o aumento anual na geração de resíduos e a forte dependência de lixões e de aterros sanitários como método de disposição no Brasil, é apenas uma questão de limitações de tempo antes que problemas significativos de espaço, saúde e questões ambientais, que vem severamente atingindo o país. A coleta seletiva¹ associado ao processo de reciclagem² é um ponto de apoio para alavancar ações para uma vida em sociedade com mais sustentabilidade e os materiais que antes eram inúteis e que provavelmente seriam mais um poluente retornam a cadeia de produção e consumo.

No Município de Santana do Seridó, como todo centro urbano, não está isento da problemática do lixo, por isso a presente pesquisa encontra-se focada na atuação do poder público municipal, principalmente da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó/RN - ACLRRS na gestão dos resíduos sólidos no município.

O(a)s catadores(as) no município começaram a se organizar no final do ano de 2011/2012, sendo que formalmente formaram uma associação em 20 de junho de 2017. Inicialmente, o interesse na formação da associação ocorreu após o atual Presidente da Associação, o Sr. Givanaldo Pereira dos Santos, realizar um artigo para Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia pela FIP – Faculdade Integrada de Patos, com o tema

¹ É um mecanismo de recolha dos resíduos, os quais são classificados de acordo com sua origem e depositados em contentores indicados por cores. Ou seja, eles podem ser resíduos orgânicos ou materiais recicláveis como papel, plástico, vidro, dentre outros (RECICLA SAMPA, 2020, p. 2).

² É o processo de reaproveitamento de materiais descartados. Seu objetivo é reintroduzi-los na cadeia produtiva a fim de que ainda gerem valor e sejam reutilizados, reduzindo-se a produção de lixo, aumentando a preservação dos recursos naturais e melhorando a qualidade de vida das pessoas (RECICLA SAMPA, 2020, p. 3).

“Reciclagem Fonte Socioeconômica e Ambiental: um estudo de caso no Município de Santana do Seridó-RN”.

Na época, o Sr. Givanaldo trabalhava como gari e se juntou com alguns colegas e outros interessados para coletar e vender materiais recicláveis, que passou a se chamar “Projeto Santana Recicla”, divulgando boca a boca e por meio de postagens nas redes sociais e na Rádio AM de Parelhas/RN, cidade vizinha, a fim de estimular a população à separar, vender e/ou doar os resíduos sólidos que poderiam ser reciclados que os catadores o recolheriam. Mais pessoas se interessaram e resolveram participar do projeto, juntamente com o Poder Municipal que incentivou a formalização da associação (FIGURA 7).

Figura 7: Redes sociais da ACLRSS - Facebook e Instagram



Fonte: Própria autora, 2022.

ACLRSS em seu Estatuto de Fundação estabelece como objetivos sociais:

Art. 2º - A associação³ tem por objetivo principal, viabilizar contratos de prestação de serviços aos associados, proporcionando ganhos econômicos, organizar o trabalho dos associados, e bem aproveitar a capacidade dos catadores associados, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos, fornecer assistências aos associados no que for necessário para melhor executarem o trabalho, proporcionar através de convênios com sindicatos, empresas, organismos

³ A Associação é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. Um tipo de organização associativa é a associação, ela pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica (INSTITUTO ECOLÓGICO, 2007, p.4).

municipais, estaduais, nacionais e internacionais, disponibilizarem serviços jurídicos e sociais que estejam dentro dos princípios do Regimento Interno da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis do Município de Santana do Seridó - ACLRSS, promover com recursos próprios ou convênios a capacitação associativa e se for o caso, profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da associação, implementar a coleta seletiva e a utilização dos materiais na produção artesanal (ACLRSS, 2017) – (FIGURA 8).

Figura 8: Reunião de aprovação de estatuto e formação da ACLRSS EM 2017



Fonte: ACLRRS, 2017.

A ACLRSS possui a seguinte estruturação: Diretoria Executiva formada pelo Presidente; Vice-Presidente; 1º Tesoureiro; 2º Tesoureiro; Secretário(a); Diretor de Patrimônio; e Conselho Fiscal composto por três (3) membros. Existem duas formas de ser associado/membro na ACLRSS:

a) Sócio Catador: que realmente realiza a função de coletar e comercializar material reciclável e reaproveitável e que mensalmente paga um valor de contribuição para manutenção do funcionamento da associação;

b) Sócio Contribuinte: não faz coleta de material reciclável, mas opta em contribuir mensalmente com o pagamento da mensalidade, como uma forma de ajudar na manutenção/crescimento da associação. O sócio contribuinte pode além de pagar a mensalidade, fazer a separação de material reciclável e doar para a associação comercializar.

Tanto o sócio catador quanto o sócio contribuinte pagam mensalmente o valor de R\$ 5,00 reais, para a manutenção e pagamento de futuros encargos da associação. O Presidente da ACLRSS informou que no momento não existe uma quantidade certa de sócios contribuintes, devido à pandemia, crise econômica e outros fatores, a contribuição destes se tornaram irregulares. Através dos Quadros 5 e 6 encontram-se detalhados alguns dados e informações acerca dos sócios catadores.

Quadro 5: Dados gerais dos sócios da associação de catadores

Informações Gerais dos Associados	Quantidade
Total de Membros	10
Homens	7
Mulheres	3
Idade (média)	46 - 50 anos
Membros por família	3 – 5
Média de tempo que são sócios	3 - 5 anos

Fonte: ACLRSS, 2022.

Quadro 6: Dados gerais dos sócios da associação de catadores

Escolaridade	
Analfabeto	-
Ensino Fundamental Incompleto	2
Ensino Fundamental Completo	3
Ensino Médio Incompleto	1
Ensino Médio Completo	3
Ensino Superior incompleto	-
Ensino Superior	1

Fonte: ACLRSS, 2022.

Analisando os dados fornecidos pela ACLRSS (2022), observou-se a variedade no grau de escolaridade dos participantes e pode-se dizer que ocorre uma quebra de expectativa ao notar que pessoas que seriam mais instruídas, ou seja, teriam mais tempo de estudos na escola, fazem a coleta de reciclagem para vender. A coleta de material reciclável é uma atividade dura e que se observa uma grande adesão de pessoas com pouca ou nenhuma instrução, como se averiguou no que foi relatado na literatura por diversos autores que pesquisaram/pesquisam sobre o tema.

O que não exclui uma nova realidade de pessoas com vários graus de escolaridade e contextos sociais para um movimento de ativismo ambiental e sustentabilidade. Como também, a pandemia e crise econômica mostraram na reciclagem uma oportunidade de renda. Como é o caso de alguns membros da ACLRSS, que em sua maioria encontraram na venda de material reciclável uma fonte de complementação de renda. Estes(as) que possuem ocupações variadas como funcionários públicos, donas de casa, artesões e agricultores. Somente 4 membros, que dependem exclusivamente da reciclagem para sobrevivência.

Os associados recebem por produção, ou seja, pela quantidade de materiais que coletam e vendem. A jornada de trabalho é definida pelos próprios catadores, nos dias e horários que lhes são mais convenientes. Isso se tornou possível, devido que a população, ou parte dela que faz a coleta seletiva geralmente deixa o material separado e avisa aos catadores para irem recolher. Esta interação ocorreu por meio de conversas informais no dia a dia e pelas redes sociais, o que gerou uma facilidade para os catadores organizarem seus horários. Um comportamento observado foi que algumas pessoas da população do município separam o material reciclado de suas residências para determinado catador.

O catador pode escolher negociar a venda do material que coletou diretamente com a empresa compradora, que geralmente vêm buscar os materiais coletados no Sítio Saquinho ou vender para outro catador que faz o papel de intermediador, ou seja, ele compra do colega da associação e revende a empresa compradora, prática que é a mais comum de ocorrer (FIGURA 9).

Figura 9: Catadores comercializando material reciclável



Fonte: ACLRRS, 2022.

Os materiais recicláveis coletados pela associação são: papel, papelão, vidro, metais ferrosos e não ferrosos (cobre, alumínio etc.). Foi informado que a quantidade coleta por ano são de 3 toneladas. Estes materiais são comercializados mensalmente, sendo comprados por uma empresa localizada na Cidade de Parelhas-RN, que faz a revenda para a indústria, mas em algumas ocasiões também é comprador por pessoas autônomas e uma empresa localizada na Cidade de Santa Luzia/PB.

Em decorrência do tamanho do município, da quantidade e variedade dos resíduos sólidos gerados pela população de Santana do Seridó, ainda não aplica o Projeto da Solidariedade pelo Ciclo da Vida, que vem sendo desenvolvidos por alguns municípios brasileiros (FIGURA 10).

Figura 10: Solidariedade pelo Ciclo da Vida



Fonte: MELO, 2020.

O Projeto Solidariedade pelo Ciclo da Vida vem sendo desenvolvido em alguns municípios do Brasil, principalmente em locais no qual a logística reversa se encontra, já que o mesmo requer um número mínimo de geração de resíduos, variedade dos resíduos, tamanho do município e da população, já que o Ciclo da Vida deve integrar uma associação ou cooperativa de catadores com os agentes tais como fabricantes; importadores; distribuidores; comerciantes; consumidores e; titulares dos serviços públicos de limpeza urbana. Ficando o Município de Santana do Seridó-RN, a margem de uma política social.

A participação da população foi avaliada como regular pelo Presidente da ACLRSS, tal avaliação ocorre porque muitas pessoas não fazem a separação dos materiais recicláveis de forma correta, misturando com resíduos orgânicos ou materiais que podem causar acidentes, tais como vidro quebrado e seringas. O presidente da associação contou que quando iniciou o ofício de catador na cidade era visto com certo preconceito, mas atualmente é mais tranquilo, as pessoas entendem o que eles fazem e recebem bastante apoio da população.

O preconceito com o trabalho dos catadores ainda ocorre, a semântica negativa do lixo explicada pela autora Carmo (2009) ainda é presente, a ideia de aversão e inferioridade associado por se lidar com o “lixo” não sumiu completamente, mas, de certa forma é perceptível uma mudança para valorização da reciclagem para alternativas de vida e consumo mais sustentável, o que implica também na visão e no tratamento recebido pelos catadores. Tais mudanças pode-se dizer que são causadas pelas conversas com os catadores, o apoio e campanhas educativas feitas pela Prefeitura municipal junto à associação, focando principalmente na educação infantil. Além do reforço positivo visto nas mídias em relação à sustentabilidade e meio ambiente.

5.2 A Prefeitura de Santana do Seridó Diante da ACLRSS

No Município de Santana do Seridó a prestação dos serviços de limpeza urbana é realizada pela Administração Pública Municipal, sendo que o planejamento e a organização para estas atividades incluem a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos, que é realizado pela Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e a coordenação da execução são feitas geralmente pela Secretaria de Infraestrutura e Obras, com exceção e as peças dos resíduos hospitalares foi terceirizada, por meio de uma empresa privada.

Foram levantados junto a SEMARH informações e dados sobre o funcionamento da coleta de lixo, a limpeza urbana e sobre a associação de catadores(as) existentes no município, foco deste estudo. Foi aplicado um questionário a um funcionário da SEMARH, que atua como auxiliador de saneamento e é responsável pela prestação de serviços destinados aos resíduos sólidos (VER APÊNDICE A). No Sítio Saquinho local onde é depositado os resíduos reciclados para a comercialização, foram definidas as seguintes competências da SEMARH de Santana do Seridó:

- a) Desenvolver campanhas de limpeza urbana e promover o tratamento e reciclagem do lixo;
- b) Acompanhar e orientar a execução de obras com a construção de viveiros florestais, frutíferos ou ornamentais sem fins lucrativos;
- c) Promover o planejamento urbanístico e ambiental do município, em consonância com as diretrizes do planejamento microrregional, regional, estadual e federal;
- d) Propor estudos e medidas legislativas e administrativas que sejam relevantes para o crescimento ordenado do território e áreas destinadas à preservação ambiental do município e do seu entorno;
- e) Compatibilizar o desenvolvimento urbano com a proteção ao meio ambiente, mediante a racionalização do uso dos recursos naturais;
- f) Promover ações de educação ambiental a nível formal e não formal, objetivando a participação ativa da comunidade escolar e população em geral na defesa do meio ambiente;
- g) Monitorar as transformações do meio ambiente, identificando e corrigindo as ocorrências que modifiquem ou possam modificar os padrões tecnicamente desejáveis à manutenção da saúde, da segurança e da qualidade de vida da população;
- h) Proceder no âmbito do seu órgão a gestão e o controle financeiro dos recursos orçamentários previstos na sua unidade, bem como os recursos humanos e materiais existentes em consonância com as diretrizes e regulamentos emanados do chefe do poder executivo;
- i) Exercer outras atividades correlatas.

Destaca-se as competências e atribuições listadas da SEMARH, a preocupação com o desenvolvimento, planejamento e os impactos no meio ambiente. Desta forma, ao relacionar com as diretrizes, objetivos e instrumentos da PNRS, torna notável a importância das associações e cooperativas para exercer um papel de apoio ativo e cooperativo junto a prefeitura municipal.

Percebeu-se a existência de uma interface entre a ACLRSS e a Prefeitura municipal de Santana do Seridó/RN. Assim, foi buscadas informações e observado a relação existente entre a ACLRSS e a Administração Pública de Santana do Seridó, com o objetivo de conscientização ambiental da população, expansão da coleta seletiva e fonte de renda para os catadores.

Sobre os resíduos sólidos que são gerados em Santana do Seridó, foi informado que têm sua origem principalmente residencial, mas também existem em menor proporção os resíduos provenientes de atividades comercial, industrial, entre outras. Também, foi informado que está em fase de estudo a implantação de uma taxa a ser cobrada da população referente ao serviço de limpeza urbana.

O lixo coletado é composto de diferentes tipos de resíduos, mas ainda não é possível identificar o percentual individual de cada tipo coletado no município. O percentual da população que têm o lixo coletado na zona urbana seria de 100%, ou seja, uma cobertura total dentro do perímetro urbano, mas na zona rural seria em média de 80% coletado. A população em sua maioria usa sacos plásticos como recipiente, alguns utilizam recipientes metálicos ou plásticos. Por dia são geradas 1,2 toneladas de lixo e por ano são 36 toneladas.

O planejamento da limpeza urbana e as rotas de coleta de lixo são feito pelo secretário de Infraestrutura e Obras, que atua coordenando os serviços de limpeza urbana junto aos servidores (os garis), que atualmente são 20. Em relação ao planejamento para a gestão e gerenciamento dos resíduos é realizado pelo secretário da SEMARH e os funcionários da secretaria (auxiliares).

A destinação final dos resíduos coletados é um aterro controlado no perímetro rural, onde o lixo é depositado em uma vala e aterrado com areia e cascalho, sendo que estes resíduos não passam por nenhum tratamento, tais como incineração, compostagem etc., podendo causar a contaminação do meio ambiente.

Segundo a explicação de Fernandes (2019, p. 16), o “Aterro Controlado é um tipo de lixão que recebe cobertura dos resíduos, ou seja, eles não ficam a céu aberto.” A autora fala que no aterro controlado não existe medidas para controlar a poluição, não trata o chorume e os gases emanados da decomposição do lixo, por não receber uma camada de impermeabilizante ideal antes do depósito dos resíduos sólidos, podendo assim comprometer o meio ambiente (FIGURA 11).

Figura 11: Aterro controlado de Santana do Seridó/RN



Fonte: ACLRRS, 2021.

Sobre a legislação municipal voltada para resíduos sólidos, foi promulgada a Lei Municipal nº 573/2020 de 07 de abril de 2020, na qual dispõe sobre o planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de saneamento básico. No município até o momento não existe um plano municipal para a gestão integrada dos resíduos sólidos previsto na PNRS, mas o município faz do plano regional de resíduos sólidos por meio do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos Seridó.

A prefeitura por meio da SEMARH é consciente da existência da associação de catadores como também de catadores autônomos. Na SEMARH, foi informado que na cidade existe um total de aproximadamente 13 catadores atuantes, tanto da associação como autônomos. Quando perguntado ao servidor entrevistado se o trabalho dos catadores era incentivado, a resposta foi sim, mas quando perguntado quais ações eram feitas como incentivo, foi informado que não existia um programa específico e não é realizado um trabalho social com eles no momento.

No município existe a coleta seletiva em parceria com a ACLRSS, mas, ainda não é toda a população que está incluída. Nesta parceria, os catadores da ACLRSS possuem a prioridade no recolhimento dos resíduos selecionados que são separados da coleta normal e fazendo a coleta porta a porta nas residências que são informados da existência do material. Os catadores fazem a coleta em dias alternados com a coleta de lixo pública, duas vezes na semana.

Nesta coleta seletiva, os resíduos que são separados pela própria população e pede-se que sejam divididos em 2 grupos: os resíduos secos e orgânicos, os secos são recolhidos pelos catadores e os orgânicos pelos agricultores/agropecuaristas que os levam para alimentação dos animais. No município não existe uma estação de triagem para separação dos resíduos, o que traz a possibilidade constante de que o lixo não mais reciclável seja misturado com resíduos que podem ser reciclados.

5.3 Dificuldades, Desafios, Pontos Positivos e Negativos da ACLRSS

A ACLRSS é bastante atuante no Município de Santana do Seridó, tanto que foi promulgada a Lei Municipal nº 0534 de 02 de abril 2018, que “Dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis do Município de Santana do Seridó – ACLRSS e dá outras providências” (PMSS-RN, 2018).

O Prefeito Municipal de Santana do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do que prevê o artigo 77, inciso II, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida a utilidade pública da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis do Município de Santana do Seridó – ACLRSS, associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos ou partidários, de duração indeterminada, que vem desenvolvendo atividades de caráter social voltadas para o acréscimo de renda das famílias do município e preservação ambiental. Reutilizando materiais descartados, que são utilizados e transformados em peças artesanais.

Art. 2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Como também a Lei Ordinária Estadual nº 10.526, de 06 de junho de 2019, na qual “Reconhece como de Utilidade Pública a Entidade que especifica e dá outras providências” (RIO GRANDE DO NORTE, 2019).

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis do Município de Santana do Seridó – ACLRSS, com sede e foro jurídico no Município de Santana do Seridó, neste Estado.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Lei de utilidade pública pode ser considerada um diferencial que traz reconhecimento e mais possibilidades de angariar recursos públicos, firmar parcerias, receber doações, entre outras vantagens. A participação de alguns membros da associação em projetos de educação ambiental é bastante frequente, principalmente em escolas conversando e realizando palestras. Em 2021, a associação participou da seleção de projetos municipais para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA, sendo aprovado, realizou nas escolas o Projeto de Formação de Crianças e Adolescentes em Agentes Ambientais (FIGURA 12).

Figura 12: Atividades do projeto de formação de agentes ambientais



Fonte: ACLRSS, 2021.

O projeto organizou e realizou palestras, atividades educativas e lúdicas, passeios de campo, artesanato e teatro, para estimular a preservação ambiental e aumentar o conhecimento das crianças e adolescentes no assunto. A elaboração e execução do projeto eram voluntárias, não receberam compensação financeira para realizá-lo, e sim, uma verba para cobrir os gastos com os materiais usados no projeto, tais como fardamento, material didático entre outros. O projeto foi bem recebido e considerado um sucesso, sendo que em 2023 irá ocorrer novamente com novos alunos.

A sobrevivência e crescimento das associações e cooperativas dependem de muitos fatores, principalmente a adesão e participação dos sócios e o investimento da administração pública. Entretanto, a parceria entre a ACLRSS e a prefeitura não é totalmente satisfatória, percebe-se que falta mais investimento e engajamento. Apesar de todo o apoio demonstrado por meio de convites para participação em conversas e eventos, a parceria ainda é marcada por ações pontuais, ou seja, não constantes. As ações de apoio são:

- Apoio jurídico por meio do advogado concursado no município;
- Orientações de ordem financeiras por meio do contador concursado no município;
- Fornecimento de EPI e fardamento para os catadores;
- Convite para participação de palestras e cursos;

- Empréstimo de veículos para coleta dos materiais.

A associação desenvolveu ao longo dos anos outras relações de parcerias com o Projeto Caritas Diocesana de Caicó (que é um projeto da Igreja Católica) e com outras associações da região. Estas relações são um ponto bastante positivo, pois ajudou os catadores a se animarem em trocar experiências e se engajarem cada vez mais com a causa. Em dezembro de 2021, seis associações da região, juntamente com ACLRRS se uniram em uma cooperativa, a Cooperativa de Trabalho de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região de Seridó - COOPCASE. Por meio da cooperativa buscam fortalecer as relações entre as associações e planejar formas de crescimento e apoio para os catadores(as) entre outros objetivos.

A associação não possui uma logística para atividades e planejamento estratégico, como também uma organização das informações, o que dificulta a gestão financeira e consequentemente o crescimento das suas atividades. Os catadores, em sua maioria, não participam tanto nas decisões da diretoria e é nítida a falta de interesse. Não são realizadas reuniões frequentemente e quando ocorre a apenas uma minoria se faz presente.

A ACLRRS enfrenta alguns problemas operacionais e materiais como: falta de equipamentos, ferramentas e máquinas, como prensas etc.; os EPIs sofrem com desgaste rápido e difícil troca/reposição; falta de veículo próprio para fazer a coleta. A maior dificuldade observada é não terem um galpão próprio, pois, no momento o material é coletado e levado para o Sítio Saquinho que fica a 1 km do perímetro urbano, local cedido temporariamente por um sócio da associação. O terreno é cercado por cercas de arames e possui um pequeno quarto/barraco construído, devido à situação precária da segurança do local, muitas vezes é alvo de roubo de materiais (FIGURA 13).

Figura 13: Catadores no centro de triagem - Sítio Saquinho



Fonte: ACLRRS, 2021.

O Sítio Saquinho é usado como local de armazenamento e centro de triagem, mas é um não é um local adequado para as atividades. As condições de trabalho com certeza

progrediriam com a aquisição de um galpão próprio e de equipamentos, como também a aquisição sempre que necessária de EPI, visto que estes se desgastam e a substituição não é frequente, sendo concertados e usados improvisos, quando não descartado o uso. Uma situação de risco para a saúde do catador que fica exposto a doenças e acidentes (FIGURA 14).

Figura 14: Centro de separação e triagem dos resíduos sólidos no Sitio Saquinho



Fonte: Própria autora, 2022.

Até o momento não existe uma parceria documentada entre a ACLRSS e a Prefeitura municipal por meio de um contrato formal. Apesar da Lei de utilidade pública, tanto Municipal como Estadual, que amparam a associação, ainda não foi formalizada a parceria. Uma parceria formal abriria as portas e novas possibilidades de crescimento para associação, o que inclusive é possível ser realizada sem a necessidade de haver licitação, como explicitado na Lei Municipal 573/2020 que determina:

A prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos por associações e cooperativas de catadores de material reciclável será realizada por meio de contrato observada o disposto no Art. 57 da Lei 11.445/2007: poderão ser contratados para prestar com dispensa de licitação nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei 8.666/1993. (Santana do Seridó (RN), 2020).

A ACLRSS é uma organização que faz um papel importante na gestão de resíduos sólidos em Santana do Seridó, pois sua atuação trouxe mudanças positivas e impactos sociais visíveis por meio das ações de educação ambiental junto a população, especialmente com as crianças e adolescentes. Os catadores conquistaram seu espaço com a criação da associação, ocorrendo uma ressignificação da coleta de materiais recicláveis como uma fonte de renda digna, apesar dos preconceitos ainda existentes, e agentes ambientais que zelam pelo meio ambiente no município.

Por meio de investimento adequado, organização e planejamento, associação poderá junto com a Prefeitura Municipal de Santana de o Seridó estabelecer uma parceria que

realmente seja proveitosa e significativa para ambos os lados, sendo que estabelecer parceria com o setor privado também traria benefícios e crescimento para todos os envolvidos. A seguir, foi destacado os pontos positivos, negativos e os desafios a serem enfrentados que pela Associação, conforme dados obtidos durante a pesquisa, como pode ser visto através do Quadro 7.

Quadro 7: Resumo dos pontos Positivos, Negativos e Desafios da ACLRSS

Pontos Positivos	Pontos Negativos	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> – Lei de utilidade pública; – Reconhecimento da população; – Companheirismo entre os membros; – Participação em projetos e ações de educação ambiental; – Parceria com o Poder Público; – Parceria com outras associações; – Adesão a uma Cooperativa. 	<ul style="list-style-type: none"> – Faltam de equipamentos, ferramentas e máquinas; – Falta de EPI para substituição quando desgastados; – Exposição a riscos de saúde e de acidentes; – Não possui galpão próprio; – Roubo de materiais por terceiros; – Poucos membros engajados nas decisões da associação; – Falta de investimento do Poder Público municipal; – Falta de planejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> – Realizar logística das atividades e planejamento estratégico; – Angariar verbas; – Firmar e formalizar parcerias com o Poder Público e Privado; – Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos; – Aumentar e manter o engajamento dos membros; – Construir e/ou ter um galpão próprio;

Fonte: Própria autora, 2022.

No contexto dos problemas atuais decorrentes da geração de resíduos sólidos independente do tamanho do município ou da população geradora vem causado não só para o Poder Público Municipal, mas também estadual e federal, bem como para a própria sociedade e o meio ambiente, decorrente do consumo desenfreado e descarte incorreto por parte da população. Pois, a maior parte dos resíduos sólidos produzidos tem como destino final os lixões a céu aberto ou a aterros controlados no Brasil, e uma pequena parcela tem destino os aterros sanitários.

Como destacado os vários pontos positivos, negativos e desafios que associação enfrentará até sua institucionalização de fato, que os associados vêm demonstrando fortemente seus interesses pela uma organização bem mais estrutura e alicerçada, influenciada pelas parcerias públicas e privada. Assim se houver a concretização da ACLRSS, esta buscará atender às necessidades impostas por uma organização legalizada, trazendo esperança de um trabalho melhor e de uma vida mais digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos é uma questão de máxima importância que vem impactando o meio ambiente e o estilo de vida da população. Portanto, este trabalho relatou um estudo de caso sobre a “GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: uma análise da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS) - RN”. Os dados foram coletados apenas de duas organizações, a Prefeitura Municipal de Santana do Seridó, através do funcionário responsável pela pasta no setor e com o Presidente da ACLRSS, os quais as respostas do questionário e da entrevista podem abrir várias possibilidades de interpretação e contextos variados.

Constata-se que intervenção da administração pública local tem sido incapaz de levar em consideração a necessidade de uma combinação entre custos socioeconômicos e ambientais, e o seu comprometimento no futuro. O problema maior desta realidade recai, sobretudo, sobre no apoio aos catadores locais, que podem ser desestimulados pela falta de incentivo para superação das dificuldades encontradas no exercício da atividade.

Assim, a problemática dos resíduos sólidos aliados à pobreza estrutural que permeia a nossa sociedade deveria ser entendida diante da gestão pública como um problema conjuntural, uma situação de rendimentos baixos, aliada a uma falta de acesso aos bens e serviços mínimos, que através de uma organização bem estrutura da ACLRSS poderia gerar dignidade, renda, minimização de impactos socioambientais, bem como, o respaldo de uma parceria entre público (Prefeitura Municipal) e privado (Associação).

A simples constatação de que os resíduos sólidos são uma fonte de trabalho, renda e sustentabilidade, já pode ser considerado um avanço substancial na direção de soluções criativas de seu enfrentamento, mas isto não é o que se pode ver diante da gestão de Santana do Seridó veiculado a associação de catadores de material reciclável. O ideal seria uma parceria entre a Prefeitura e a Associação, diminuindo o desperdício de materiais e o reduzindo o material a ser levado para o aterro controlado (lixão). Nos últimos anos, vem notando-se uma tendência mundial em reaproveitar cada vez mais os produtos jogados no lixo para a fabricação de novos objetos, através dos processos de reciclagem.

Desta forma, este estudo se fez necessário à conscientização por meio de políticas públicas em parceria com o privado para as necessidades fundamentais de minimizar os resíduos sólidos, assim como, compatibilizar os serviços com demandas sociais, através do investimento em associações e/ou cooperativas de catadores. O engajamento deste se dá como aporte teórico para futuros trabalhos a serem desenvolvidos neste contexto trabalhado.

REFERÊNCIAS

- ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos 2020**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6613160/mod_resource/content/1/Panorama-2020-V5-unicas%20%282%29.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2022.
- ACLRSS. Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Santana do Seridó. **Estatuto da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis do Município de Santana do Seridó- RN**. Santana do Seridó/RN: ACLRSS, 2017.
- _____. **Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Santana do Seridó**. Santana do Seridó/RN: ACLRSS, 2021/2022.
- ALMEIDA, V. G.; ZANETI, I. C. B.B. **Pessoas Residuais e os Resíduos das Pessoas: Problemas e perspectivas da inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis**. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science, v. 4, n. 1, p. 286-300, 2015.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. elaboração de trabalhos na graduação /Maria Margarida de Andrade. – 10. ed. – São Paulo : Atlas, 2010.
- BORTOLI, M. A. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Revista Katálysis [online]**. 2013, v. 16, n. 2, pp. 248-257.
- BRASIL. **Lei Nº 12.305 de 2 de Agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 de Ago. de 2010.
- BRASIL/MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: manual de orientação**. Brasília, 2012
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, DF: MMA, 2022. Disponível em:<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/lixao-zero/plano_nacional_de_residuos_solidos-1.pdf> acesso em: 29.05.2022.
- CARMO, S. A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis: considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos Ebape**. BR, v. 7, p. 591-606, 2009.
- CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G.. **Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes**. Texto para Discussão, 2011.
- CHUEKE, Gabriel Vouga; LIMA, Manolita Correia. **Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios**. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 128, p. 63-69, 2012.
- DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- FERNANDES, Danielly Abadia. **A importância da implantação do aterro sanitário na cidade de Iraí de Minas-MG**. 2019.

FERREIRA, J. G.; GOMES, M. F. B. Desafios e controvérsias do novo marco legal do saneamento básico no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 65449-65468, 2021.

FRANCISCHETTO, G. P. P.; PINHEIRO, P. T. **A política nacional de resíduos sólidos como mecanismo de fortalecimento das associações de catadores de materiais recicláveis**. Derecho y cambio social, 2016.

GRISA, D. C.; CAPANEMA, L. X. L. **Resíduos sólidos**. 2018. Disponível em <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16284>> acesso em: 22/05/2022.

INSTITUTO ECOLÓGICO. FELIX, K. K. F. et al (Orgs). **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo**. Mossoró: UFERSA, 2007.

INSTITUTO RECICLEIROS. **Características e vantagens dos modelos institucionais**. 2021. Cajazeiras/PB. Disponível em: <https://cajazeiras.pb.gov.br/arquivos/1380/DIVERSOS_002_2021_0000008.pdf> acesso em 19 de junho de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa Populacional 2020**. Santana do Serido – Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades 2020**. Santana do Serido – Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO ECOLÓGICA. FELIX, K. K. F. et al (Orgs). **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo**. Mossoró: UFERSA, 2007.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos avançados**, V. 25, p. 135-158, 2011.

KLERING, L. R.; PORSSE, M. C. S. Em direção a uma administração pública brasileira contemporânea com enfoque sistêmico. **Desenvolvimento em Questão**. V. 12, n. 25, p. 41-80, 2014.

MAGALHAES, B. J. **Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira**. 2012.

MENDES, S. **As contribuições da associação de Catadores de Junqueirópolis/SP (ACAJUNQ) no processo de educação ambiental**. São Paulo: 2014.

MELO, A. C. **Solidariedade Pelo Ciclo da Vida**. Patos-PB: UEPB, 2020.

MOTA, A. R. S.; SILVA, N. M.. Aspectos norteadores da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Brasil, (septiembre 2016). Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/16/residuos-solidos.html>> acesso em: 22/05/2022.

MNCR. Cadastro Nacional de Grupos de Catadores Associados ao MNCR. **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Pesquisa Custo do Posto de Trabalho. MNCR/PANGEA/OAF, 2016.

MUÑOZ, E. Associativismo e Cooperativismo: uma estratégia de organização empreendedora e solidária. **Cartilha de Formação**. IFSC. Florianópolis, 2012.

PALUDO, Augustinho Vincente. **Administração Pública**. 9. ed., rev. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

PHILIPPI JR, A. **UrbanSus - Sustentabilidade Urbana: Rios Urbanos e Infraestrutura Verde**. Rio de Janeiro: 2020.

RECICLASAMPA. **O Guia Completo da Reciclagem**. São Paulo: RECICLASAMPA, 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Ordinária Estadual nº 10.526, de 06 de junho de 2019**. Reconhece como de Utilidade Pública a Entidade que especifica e dá outras providências. Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <<https://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2021/1nziv98yv0m9x1p4z3glhjbx4t3fw.pdf>> acesso em: 29 de outubro de 2022.

SANTANA DO SERIDÓ. **Lei municipal nº 0534 de 02 de abril 2018**. Dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis do Município de Santana do Seridó-ACLRSS e dá outras providências. Santana do Seridó/RN, 2018. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/portalle-producao/undefined/lei534de2018-associacaocatadoresreciclaveis.pdf> acesso em: 29 de outubro de 2022.

_____. **Lei municipal nº 573/2020 de 07 de abril de 2020**. Dispõe sobre o planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de saneamento básico. Santana do Seridó/RN, 2020. Disponível em: <<https://www.governotransparente.com.br/transparencia/68349490/leismunicipais/resultado?tipo=-1&titulo=573&inicio=&fim=&ementa=&clean=false>> acesso em: 29 de outubro de 2022.

SANTOS, A. M.; et al. **O Trabalho em Cooperativas de Reciclagem de Resíduos Sólidos: um estudo do recicla conquista**. Geopauta, v. 2, n. 1, p. 26-42, 2018.

SEBRAE, 2014. CARDOSO, U. C. **Cooperativa**. – Brasília: Sebrae, 2014. 62p. (Série Empreendimentos Coletivos)

SIMAS, A. L. F.; PEREZ, Z. M. L. **Plano de resíduos sólidos do Estado de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Estado do Meio Ambiente. São Paulo: CETESB, 2015.

SOUSA, A. C. A. O que esperar do novo marco do saneamento?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. 20, 2020.

SZIGETHY, Leonardo; ANTENOR, Samuel. Resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios tecnológicos, políticos e econômicos. **Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. IPEA, 2020**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/217-residuos-solidos-urbanos-no-brasil-desafios-tecnologicos-politicos-e-economicos>> acesso em: 29 de junho de 2022.

TCHOBANOGLIOUS, G.; KREITH, F. **Manual de Gestão de Resíduos Sólidos**. 2 ed. New York: McGraw-Hill, 2020.

APÊNDICE A



**Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Administração
Campus VII – Patos-PB**

QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA APLICADO AO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

I - INFORMAÇÕES GERAIS

Data da Aplicação: _____

Município: _____ Estado _____

População Total: _____

Nome do Prefeito: _____

Secretaria do Setor de Limpeza Urbana: _____

Responsável pelo fornecimento das informações: _____

Formação educacional do responsável: _____

Quanto tempo você ocupa esse Cargo? _____

II - INFORMAÇÕES SOBRE A LIMPEZA PÚBLICA URBANA

1. A Prefeitura sabe de suas responsabilidades quanto ao sistema de limpeza urbana na cidade?
() Sim () Não - Se não o que impede em saber? _____
2. O município tem seu próprio serviço de limpeza urbana? () Sim () Não
Se não, o sistema é consorciado com outro município próximo? _____
3. A prestação do serviço de limpeza urbana no município é realizafo por meio de:
() Administração direta do poder público
() Empresa com participação majoritária do poder público
() Empresa privada () Autarquia () Outros: _____
4. Qual o percentual do orçamento da Prefeitura é destinado para o gerenciamento de resíduos sólidos no município? _____

5. Qual o percentual do município destinado à limpeza pública urbana? _____
6. A Prefeitura cobra da população a prestação do serviço de limpeza urbana, por meio de alguma taxa destinada a esse serviço? () Sim () Não
7. O serviço de limpeza urbana é regulado por alguma lei ou código municipal?
() Sim () Não - Se sim, qual e em que ano foi instituído? _____
8. Existe algum outro regulamento sobre os resíduos sólidos no contexto municipal? _____
9. Quanto à distribuição de cargos no sistema de limpeza urbana, quantos funcionários prestam serviços ao município, quanto a esse serviço e como são distribuídos os cargos numa ordem hierárquica? _____
10. Quanto de lixo é gerado por dia no município e por mês? _____ ton./dia.
Se não sabe informar, qual o problema que impede ao Poder Municipal? _____
11. Quais os tipos de resíduos sólidos produzidos no município?
() Domiciliar () Público () Comercial () De serviços de saúde
() Agrícola () Industrial () Entulho () Outros: _____
12. Qual o maior gerador de lixo na sede do município?
() Residencial () Comercial () Industrial () Outro: _____
13. Quais os percentuais encontrados na composição dos resíduos coletado pela Prefeitura?
_____ % matéria orgânica - _____ % papel - _____ % vidro
_____ % plástico - _____ % metal - _____ % outros: _____
14. Características dos recipientes de lixo utilizados pelos usuários, ou seja, pela sociedade?
() Recipientes metálicos () Recipientes de borracha (pneus de caminhão)
() Recipientes de plásticos () Sacos plásticos tipo padrão
() Sacos plásticos de supermercado
21. Existe um planejamento para realizar a coleta e a limpeza urbana?
() Sim () Não - Se sim, como é desenvolvido esse planejamento? _____

22. Qual é o percentual da população que tem lixo coletado na zona urbana? _____ %
23. Qual a destinação final do lixo do município?
() Lixão a céu aberto () Aterro sanitário () Aterro controlado () Aterro sanitário
() Incinerador () Outro: _____
24. A zona de descarga da destinação final do lixo é feita?
() No perímetro urbano () No perímetro rural () Fora do município
() Outro: _____
25. O lixo do município passa por algum tratamento? Em caso positivo, qual ou quais?
() Sim () Não - Se sim, quais: () Triagem e segregação para reciclagem
() Compostagem () Incineração
26. Existem catadores de lixo na cidade? () Sim () Não
Se sim, qual o número? _____
27. O trabalho dos catadores é incentivado pelo serviço de limpeza urbana? () Sim () Não

Se sim, está regulamentado por algum projeto ou programa? _____

28. Eles são organizados em cooperativas ou associação? () Sim () Não

Se sim, quais: _____

29. O trabalho deles é incentivado pelo serviço de limpeza urbana? () Sim () Não

Se sim, de que forma? _____

30. É realizado algum tipo de trabalho social com catadores de resíduos? () Sim () Não

Se sim, que tipo de trabalho? _____

31. Existe no município coleta seletiva e/ou algum programa direcionado para coleta seletiva? () Sim () Não

Se sim, como é realizado essa parceria com os catadores de resíduos? _____

32. O município tem estação de triagem para reciclagem de material? () Sim () Não

Se sim, aonde se localiza? _____

APÊNDICE B



**Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Administração
Campus VII – Patos-PB**

QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA APLICADO AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE SANTANA DO SERIDO (ACLRRS)

I. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ASSOCIAÇÃO

Data da Aplicação: _____

Município: _____ Estado _____

Nome: _____

Nível de escolaridade: _____

Há quanto tempo o Sr. é Presidente da Associação ACLRRS? _____

Por que resolveu ocupar essa função? _____

CNPJ: _____ Data de Fundação: _____

Endereço da sede: _____

Endereço do local de triagem: _____

II. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE A ASSOCIAÇÃO ACLRRS

1. Como surgiu a ACLRRS? _____

2. Número de Associados da ACLRRS: _____

3. Quantidade de associados por sexo: _____ Homens _____ Mulheres

4. Como se encontra estruturado a organização em funções ocupadas: _____

5. Média de idade dos associados da ACLRRS: () 15 a 20 () 21 a 25 () 26 a 30
() 31 a 35 () 36 a 40 () 41 a 45 () 46 a 50 () 51 a 55 () 56 a 60
() Acima de 60 anos

6. Média de Escolaridade: _____ Analfabeto _____ Ensino Fundamental Incompleto
_____ Ensino Fundamental Completo _____ Ensino Médio Incompleto
_____ Ensino Médio Completo _____ Ensino Superior

7. Média de pessoas por família dos associados? () Ente 2 a 5 () Entre 6 a 8
() Entre 9 a 12
8. Os associados têm outra fonte de renda ou trabalho? () Sim () Não
Se sim, qual (ais)? _____
9. Qual a média de tempo dos associados na ACLRRS?
() Menos de 1 ano () 1 a 2 () 3 a 5 () 6 a 9 () 10 a 15 () 16 a 19
Acima de 20 anos
10. Os associados da ACLRRS recebem algum tipo de ajuda de alguma organização como prefeitura, igreja, benefício governamental, entre outros? () Sim () Não
Se sim, qual (ais)? _____
11. Como está organizada a jornada de trabalho dos associados da ACLRRS?
Número de horas por dia: _____ Número de horas por semana: _____
12. A associação recebe algum tipo de apoio? () Sim () Não
Se sim, qual(ais)? _____
13. Quais as instalações existentes da Associação? _____
14. Quais os equipamentos existentes para funcionamento da associação? _____
15. Existem equipamentos de segurança (individual ou coletivo) os EPI's?
() Sim () Não - Se sim, quais tipos? _____
16. Qual a distância do quarto/barraco utilizado pela associação até a sede do município?

17. Como funciona a coleta de materiais recicláveis diante do trabalho na ACLRRS? _____
18. Quais são os materiais coletados (por tipo) pelos associados: _____
19. Quantidade coletada por mês pela associação de material para comercialização?
_____ toneladas
20. Qual o valor médio, dos materiais que são coletados e comercializados? _____
21. Quem compra os materiais recicláveis da ACLRRS? _____
22. Com que frequência são comercializados? _____
23. Como é realizada a remuneração dos associados? _____
24. Os catadores recebem algum outro tipo de ajuda como cesta básica ou algum tipo de auxílio? () Sim () Não
Se sim, qual(ais)? _____
25. A associação possui outras formas de arrecadar recursos? () Sim () Não
Se sim, qual(ais)? _____
26. A associação realiza atividades de educação ambiental? () Sim () Não
Se sim, quais e como funciona? _____
27. A associação realiza campanha de divulgação? () Sim () Não

Se sim, como? _____

28. Como é a relação da ACLRRS com a população local? _____
29. Qual a avaliação sobre a participação da população na coleta seletiva com relação à ACLRRS? () Ótima () Boa () Regular () Péssima
30. Algum associado da ACLRRS já sofreu ou passou por algum preconceito, enquanto coletor de resíduos de materiais recicláveis? _____
31. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela ACLRRS? _____



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Administração
Campus VII – Patos-PB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Srº _____, celular _____ e-mail _____ - Secretário Agricultura, Meio Ambiente E Recursos Hídricos de Santana do Seridó-RN, está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: um estudo da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS) – RN”**, como entrevistado do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna **MAIZA GISELE PEREIRA SILVA**, do Curso de Bacharelado em Administração do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII – Patos/PB, sob a orientação da Profª Drª Aretuza Candeia de Melo, docente da referida Instituição de Ensino Superior, a quem poderá contatar a qualquer momento que julgar necessário através do celular (83) 9 9905 2550 ou e-mail aretuzacandeiademelo@servidor.uepb.edu.br. Nesta pesquisa pretendemos estudar os trabalhos gestão pública concernente ao gerenciamento do sistema de limpeza urbana no Município de Santana do Seridó-RN, bem como avaliar o papel Associação dos Catadores de Material Reciclável de Santana do Seridó (ACLRSS), sob a configuração socioeconômica dos associados.

Sua participação será voluntária e se dará por meio de questionário semiestruturado. Afirmamos que o(a) Srº^(a) aceitou participar em contribuir com o nosso trabalho de livre e espontânea vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro, pressão ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso desta pesquisa. Informamos que os objetivos deste são estritamente acadêmicos, sua contribuição junto a este trabalho se fará de forma democrática, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e ética. Esclarecemos ainda, que o acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas por mim - **MAIZA GISELE PEREIRA SILVA** e pela Profª Drª Aretuza Candeia de Melo.

Não haverá quaisquer riscos decorrentes da sua participação na pesquisa, que possam provocar desconforto pessoal ou profissional como respondente do questionário/entrevista ou até constrangimento pelo teor dos questionamentos. Está o(a) Srº^(a) sendo esclarecido qual é o objetivo desta pesquisa, estando ciente de que pode desistir da mesma a qualquer momento das informações solicitadas por mim, e que não irá sofrer quaisquer sanções ou

constrangimentos frente à UEPB e a sociedade. Com vistas a prevenir os possíveis riscos gerados pela presente pesquisa, o(a) Sr^o(^a) como participante, fica-lhe garantido o direito de anonimato, caso seja necessário; de abandonar a qualquer momento a pesquisa; de deixar de responder qualquer pergunta que ache por bem assim, se proceder; bem como solicitar para que os dados por eles fornecidos durante a coleta não sejam utilizados.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada e serão utilizados para a dissertação a ser apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração na modalidade de Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII – Patos/PB. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr^o(^a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 1 (um) anos, e após esse tempo serão destruídos.

Atestamos recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Santana do Seridó-RN, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Participante: _____

Assinatura da Aluna: _____

Assinatura da Orientadora: _____



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Administração
Campus VII – Patos-PB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Srº _____, celular _____ e-mail _____ - Presidente da Associação de Material Reciclável de Santana do Seridó-RN (ACLRSS), está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: um estudo da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Santana do Seridó (ACLRSS) – RN”**, como entrevistado do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna **MAIZA GISELE PEREIRA SILVA**, do Curso de Bacharelado em Administração do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII – Patos/PB, sob a orientação da Profª Drª Aretuza Candeia de Melo, docente da referida Instituição de Ensino Superior, a quem poderá contatar a qualquer momento que julgar necessário através do celular (83) 9 9905-2550 ou e-mail aretuzacandeia@melo@servidor.uepb.edu.br. Nesta pesquisa pretendemos estudar os trabalhos gestão pública concernente ao gerenciamento do sistema de limpeza urbana no Município de Santana do Seridó-RN, bem como analisar o papel Associação dos Catadores de Material Reciclável de Santana do Seridó (ACLRSS), sob a configuração socioeconômica dos associados.

Sua participação será voluntária e se dará por meio de questionário semiestruturado. Afirmamos que o(a) Srº^(a) aceitou participar em contribuir com o nosso trabalho de livre e espontânea vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro, pressão ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso desta pesquisa. Informamos que os objetivos deste são estritamente acadêmicos, sua contribuição junto a este trabalho se fará de forma democrática, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e ética. Esclarecemos ainda, que o acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas por mim - **MAIZA GISELE PEREIRA SILVA** e pela Profª Drª Aretuza Candeia de Melo.

Não haverá quaisquer riscos decorrentes da sua participação na pesquisa, que possam provocar desconforto pessoal ou profissional como respondente do questionário/entrevista ou até constrangimento pelo teor dos questionamentos. Está o(a) Srº^(a) sendo esclarecido qual é o objetivo desta pesquisa, estando ciente de que pode desistir da mesma a qualquer momento das informações solicitadas por mim, e que não irá sofrer quaisquer sanções ou

constrangimentos frente à UEPB e a sociedade. Com vistas a prevenir os possíveis riscos gerados pela presente pesquisa, o(a) Sr^o(^a) como participante, fica-lhe garantido o direito de anonimato, caso seja necessário; de abandonar a qualquer momento a pesquisa; de deixar de responder qualquer pergunta que ache por bem assim, se proceder; bem como solicitar para que os dados por eles fornecidos durante a coleta não sejam utilizados.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada e serão utilizados para a dissertação a ser apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração na modalidade de Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII – Patos/PB. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr^o(^a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 1 (um) anos, e após esse tempo serão destruídos.

Atestamos recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Santana do Seridó-RN, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Participante: _____

Assinatura da Aluna: _____

Assinatura da Orientadora: _____